**LISTA DE VERIFICAÇÃO**

**PROCESSO ADM.:\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_.**

1. **OBJETO**: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ETANOL COMUM, DIESEL S500 E DIESEL S10 A SEREM ABASTECIDOS EM BANDEIRANTES/PR E FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (DIESEL S10, GASOLINA COMUM E ETANOL COMUM) A SEREM ABASTECIDOS NA CIDADE DE CURITIBA/PR, PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES, PODENDO SER PRORROGADO.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES** | **Atende plenamente a exigência?** | **Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc./ fls.)** |
| 1. Houve abertura de processo administrativo? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 2. Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa? | ( ) Sim  ( ) Não  ( x ) Não se aplica |  |
| 3. A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 4. Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 5. Consta documento de formalização de demanda? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 6. Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 7. Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 8. Há Estudo Técnico Preliminar? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 9. O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 10. Há Análise de Riscos? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 11. Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares? | ( ) Sim  ( ) Não  ( x ) Não se aplica |  |
| 12. Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 13. Há termo de referência? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 14. Foi certificada a utilização do Sistema TR Digital ou o atendimento das regras e procedimentos da IN ME 81/2022? | ( ) Sim  ( ) Não  ( x ) Não se aplica |  |
| 15. Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização? | ( ) Sim  ( ) Não  ( x ) Não se aplica |  |
| 16. Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 17. Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano Anual de Contratações e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 18. O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 19. Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 20. Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 21. Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las? | ( ) Sim  ( ) Não  ( x ) Não se aplica |  |
| 22. Ao final da elaboração do TR, houve avaliação quanto à necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 23. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Procuradoria Geral do Município, com eventuais alterações destacadas e justificadas? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 24. Os autos estão instruídos com o edital da licitação? | ( ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica | O Edital será formalizado pela Divisão de Licitação |
| 25. Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação? | ( ) Sim  ( ) Não  ( x ) Não se aplica |  |
| 26. Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 27. Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado? | ( ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica | O Edital será formalizado pela Divisão de Licitação |
| 28. Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 29. Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL** | **Atende plenamente a exigência?** | **Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc./ fls.)** |
| 30. Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 31. Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 32. Foi certificado que o estimado preço foi obtido com base em pelo menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 32. Caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados? | ( ) Sim  ( ) Não  ( x ) Não se aplica |  |
| 33. A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 34. Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 35. Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 36. Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 37. Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 38. Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 39. Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 40. Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que a consulta conteve informação das características: I - condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega; II - instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento; III - fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 41. Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 42. Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação? | ( x ) Sim  ( ) Não  ( ) Não se aplica |  |
| 43. Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira? | ( ) Sim  ( ) Não  ( x ) Não se aplica |  |

Observações:

1. Art. 15. Até a completa disponibilização do Sistema TR digital, para atendimento ao disposto nesta Instrução Normativa, o órgão ou entidade poderá utilizar outra ferramenta eletrônica para a elaboração do TR, desde que, ao final, seja apensado aos autos de contratação no sistema informatizado de controle e movimentação de processos administrativos eletrônico oficial.
2. Não foi utilizado a minuta padronizada do Termo de Referência da Advocacia-Geral União, visto que o modelo utilizado no município foi disponibilizado pela Procuradoria Jurídica.

22. Art. 10° da IN/SEGES/ME N.81/2022 diz que, ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. traz em sua Seção II: Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo – Art. 23, que:

São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;

III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;

VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

**ALEXANDRO BERETTA**

Secretária de Saúde